

## Artigo

### **Adentrando as muralhas de uma escola em unidade prisional: por uma educação emancipadora possível**

**Entering the walls of a prison unit school: for a possible emancipatory  
education**

**Atravesando los muros de una escuela de unidad penitenciaria: por una  
posible educación emancipadora**

**Alisson José Oliveira Duarte<sup>1</sup>  
Helena de Ornellas Sivieri Pereira<sup>2</sup>  
Wellington Félix Cornélio<sup>3</sup>  
Aline de Gregório Alves Borges<sup>4</sup>**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba-MG, Brasil

#### **Resumo**

Quando se aborda a prática docente em escolas de unidades prisionais, muitas pessoas não demonstram representações genuínas sobre esses espaços educativos, já que raramente são reconhecidos e divulgados pela mídia. Buscando colaborar com o desvelamento da rotina e do trabalho docente em escolas de unidades prisionais, o presente estudo teve por objetivo analisar os relatos de uma visita realizada em uma escola de unidade prisional do estado de Minas Gerais. Para tanto, utilizou-se como método de coleta de dados uma entrevista com a diretora da escola, bem como as impressões dos pesquisadores registradas em diário de campo, enquanto vivenciaram a experiência de adentrar os diferentes espaços da instituição escolar instituída no âmbito da unidade prisional. Os resultados sugerem que a vivência profissional docente em espaços de privação e restrição de liberdade se diferencia qualitativamente de outros espaços educativos que não estão sujeitos à estrutura física e aos padrões impostos pelas instituições prisionais. Portanto, este estudo visou lançar luz sobre a estrutura da instituição escolar pesquisada, assim como sobre quais procedimentos os/as professores/as são submetidos/as, como as aulas acontecem, onde ficam as salas de aula, se os/as professores/as são respeitados/as pelos/as estudantes, se os/as professores/as ficam sozinhos/as ou acompanhados/as, entre outras questões que podem contribuir com a construção de uma visão mais abrangente e menos preconcebida da educação escolar em presídios.

---

<sup>1</sup>Psicólogo, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pesquisador da área de Ecologia Humana, Educação Ambiental e Psicologia Analítica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1390-4979/> E-mail: [alisson-duarte@hotmail.com](mailto:alisson-duarte@hotmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP, Mestra em Psicologia Escolar pela PUC-Campinas. Pós-Doutorado em Educação pela UFSCar e Universidade do Minho, Portugal. Professora adjunta da UFTM. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3694-2705/> E-mail: [helena.pereira@uftm.edu.br](mailto:helena.pereira@uftm.edu.br)

<sup>3</sup>Mestre e Doutorando pela UFTM. Especialista em Ciências da Religião. Graduado em Direito, Ciências Sociais e Filosofia. Professor e Vice-Diretor da Escola Estadual Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8206-7000/> E-mail: [wfc.cientistasocial@gmail.com](mailto:wfc.cientistasocial@gmail.com)

<sup>4</sup> Professora de Língua Inglesa no IFTM, Mestra em Letras pela UNIR e doutoranda em Educação pelo IFTM. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1126-504x/> E-mail: [alinedegregorio@iftm.edu.br](mailto:alinedegregorio@iftm.edu.br)



**Abstract**

When addressing the teaching practice in prison unit schools, many people fail to exhibit genuine perceptions of these educational spaces, as they are rarely acknowledged and publicized by the media. In an effort to contribute to unveiling the routine and teaching work in prison school settings, the present study analyzed accounts from a visit conducted at a prison unit school in the state of Minas Gerais, Brazil. To do so, data collection methods included an interview with the school director and the researchers' impressions recorded in a field diary while experiencing the different spaces within the institution established within the prison unit. The results suggest that the professional teaching experience in spaces of deprivation and restricted freedom qualitatively differs from other educational settings that are not subject to the physical structure and standards imposed by prison institutions. Therefore, this study aimed to shed light on the structure of the researched school institution, as well as the procedures that teachers undergo, how classes take place, the location of classrooms, whether teachers are respected by students, whether teachers work alone or with others, among other questions that can contribute to a more comprehensive and less preconceived understanding of school education in prisons.

**Resumen**

Al abordar la práctica docente en las escuelas carcelarias, muchas personas no muestran representaciones genuinas sobre estos espacios educativos, ya que rara vez son reconocidos y publicitados por los medios. Buscando contribuir a desvelar la rutina y el trabajo docente en entornos escolares penitenciarios, el presente estudio analizó informes de una visita realizada en una escuela penitenciaria en el estado de Minas Gerais. Para ello, los métodos de recopilación de datos incluyeron una entrevista con la directora de la escuela, así como las impresiones de los investigadores registradas en un diario de campo mientras experimentaban los diversos espacios dentro de la institución educativa establecida dentro de la unidad penitenciaria. Los resultados sugieren que la experiencia profesional de enseñanza en espacios de confinamiento y restricción de la libertad difiere cualitativamente de otros entornos educativos que no están sujetos a la estructura física y a los estándares impuestos por las instituciones penitenciarias. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo arrojar luz sobre la estructura de la institución escolar investigada, así como sobre los procedimientos a los que se someten los profesores, cómo se llevan a cabo las clases, dónde se encuentran las aulas, si los profesores son respetados por los estudiantes, si los profesores trabajan solos o en equipos, entre otras cuestiones que pueden contribuir al desarrollo de una visión más completa y menos preconcebida de la educación en prisiones.

**Palavras-chave:** Educação Escolar em Prisões, Estrutura Institucional, Relação Professor/Estudante, Educação Emancipadora.

**Keywords:** School Education in Prisons, Institutional Structure, Teacher/Student Relationship, Emancipatory Education.

**Palabras clave:** Educación Escolar en Prisiones, Estructura Institucional, Relación Profesor/Estudiante, Educación Emancipadora.

**1. Introdução**

A docência em espaços de privação e restrição de liberdade é frequentemente cercada por desconhecimento, especialmente entre aqueles que não estão familiarizados com a dinâmica da educação escolar em unidades prisionais. Naturalmente questiona-se quais procedimentos os/as professores/as



são submetidos/as, como as aulas acontecem no interior das salas, onde ficam as salas de aula, se os/as professores são respeitados pelos/as estudantes, se os/as professores/as ficam sozinhos/as ou acompanhados/as por um segurança na sala de aula? Dentre outras questões que podem contribuir com a construção de uma visão distorcida e fantasiosa acerca da realidade da educação escolar em espaços de privação e restrição de liberdade (Duarte, 2018).

Em conformidade com Onofre (2015), entende-se que ao pensar a educação no contexto das pessoas em privação de liberdade, deve-se compreender toda a peculiaridade do local onde ela acontece, pois há uma “amálgama paradoxal” no processo de reabilitação: a educação (que possui uma essência transformadora) e o cotidiano prisional – cultura do confinamento – que busca adaptar o indivíduo ao cárcere. Contudo, para a autora, um dos desafios a ser enfrentado é o de buscar “caminhos para o desenvolvimento de uma educação emancipadora em um espaço historicamente marcado pela cultura da opressão e repleto de contradições: isola-se para (re)socializar, pune-se para reeducar” (Onofre, 2015, p.240-241).

Nesse sentido, buscou-se, na presente pesquisa, descrever as particularidades da realidade estrutural de uma escola de unidade prisional, com a finalidade de promover uma visão geral de como é a rotina e o trabalho docente em espaços de privação e restrição de liberdade, uma vez que raramente esses espaços educativos são reconhecidos e divulgados pela mídia, favorecendo sua marginalização e o seu desconhecimento pela sociedade.

### 1.1. Metodologia de Pesquisa

Esta pesquisa fundamenta-se em dados obtidos por meio de uma entrevista audiogravada com a diretora de uma escola de unidade prisional do estado de Minas Gerais, e observações registradas em diário de campo realizadas durante uma visita ao interior da referida instituição. O processo de coleta de dados seguiu a metodologia aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Duarte, 2017).

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, recorrendo a investigações de campo para alcançar os objetivos propostos. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.48), entende-se por pesquisa de campo aquelas em que o pesquisador, além de utilizar-se de referenciais teóricos, realiza a coleta de dados por meio de contato direto com os sujeitos e/ou com os seus respectivos ambientes de convívio. Para os autores, os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto, entendendo que “as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas em seu ambiente habitual de ocorrência” e por meio do contato direto com os atores da investigação.

Em relação às entrevistas abertas, Bogdan e Biklen (1994, p.134) as compreendem como um método de coleta de dados que pode ser de grande eficiência, especialmente quando se objetiva coletar dados descritivos, próprios da linguagem dos/as participantes, “permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os participantes interpretam aspectos do mundo”. André e Ludke (1986) enfatizam que os questionários de entrevista devem ser concebidos como instrumentos básicos de coleta de

informações, sendo a sua principal vantagem a captação de dados diretamente das pessoas pesquisadas.

Por outro lado, a utilização de diário de campo ou notas de campo como método de coleta de dados é vista por Bogdan e Biklen (1994) como um instrumento que pode colaborar de modo complementar no processo de evolução da pesquisa e oferecer uma percepção ampliada das informações coletadas. Minayo (1995) acrescenta que as notas de campo devem-se concentrar nas dimensões da realidade que geralmente não são verbalizadas pelos entrevistados e, devido à sua relevância, merecem atenção e interpretação particularizada de sua singularidade por parte dos/as pesquisadores/as.

Antes de descrever as impressões registradas em diário de campo, na ocasião em que dois dos pesquisadores adentraram a unidade prisional, *lócus* de investigação dessa pesquisa, para entrevistar a diretora da escola, considerase viável efetuar a caracterização deste espaço de privação e restrição de liberdade e da escola inserida em seu âmbito.

## 1.2. Caracterização da instituição escolar da unidade prisional pesquisada

O espaço visitado caracteriza-se por uma instituição de ensino (uma escola estadual) inserida em uma unidade prisional do Estado de Minas Gerais, destinada à formação escolar de nível fundamental e médio de homens e mulheres em situação de reclusão social.

A inauguração da unidade prisional aconteceu no ano de 2006 e desde então a escola esteve presente nesse espaço. Foi planejada para receber aproximadamente 690 (seiscentas e noventa) pessoas em privação ou restrição de liberdade. No entanto, frequentemente, o número de pessoas institucionalizadas varia entre 1300 (mil e trezentas) a 1600 (mil e seiscentas) pessoas, incluindo homens e mulheres. Para este quantitativo de pessoas, são oportunizadas anualmente aproximadamente 250 (duzentas e cinquenta) vagas para matrícula no Ensino Fundamental e Médio, sendo aproximadamente 220 (duzentas e vinte) vagas para estudantes do sexo masculino e 30 (trinta) vagas para estudantes do sexo feminino.

A discrepância de quantidade de vagas para homens e mulheres se explica pelo fato de haver mais homens em privação e restrição de liberdade do que mulheres nessa instituição, sendo quatro pavilhões destinados ao sexo masculino e apenas um destinado ao sexo feminino. O pavilhão feminino dispõe de apenas duas salas de aulas.

Os/as professores/as da educação escolar desta instituição prisional lecionam no interior de “celas de aula<sup>5</sup>” arquitetonicamente planejadas ao longo dos pavilhões. A unidade prisional dispõe de 16 (dezesseis) salas de aulas distribuídas em 5 (cinco) pavilhões, sendo eles o Fechado I, Fechado II, Fechado III, Semiaberto e “Vivência Feminina”.

Os termos “Fechado I, II e III” referem-se aos pavilhões nos quais convivem, sobretudo, homens em privação de liberdade que receberam condenação e já se encontram em cumprimento oficial de sua pena. “Semiaberto” diz respeito ao pavilhão onde convivem as pessoas em privação de liberdade que adquiriram o direito judicial para trabalhar durante o dia fora da instituição prisional, devendo retornar em horário exato depois do cumprimento

---

<sup>5</sup> A expressão “Celas de Aula” foi cunhada por Leme (2002) para designar os espaços escolares munidos de grades no interior das instituições prisionais.

de suas atividades laborais. Por outro lado, o termo “Vivência Feminina” ou em sua forma reduzida “Vivência”, faz parte do vocabulário local dessa instituição, utilizado para designar o pavilhão onde convivem as mulheres em privação de liberdade, condenadas ou não.

As aulas são ministradas presencialmente de segunda a sexta-feira em dois turnos, matutino e vespertino. Estudantes do sexo masculino e feminino não compartilham dos mesmos espaços educativos. Os/as docentes são encaminhados para o interior das salas de aula pelos/as agentes penitenciários/as, que após o procedimento os/as deixam trancados/as, até o término da aula, com os/as educandos/as em privação de liberdade. Diferentemente do que muitas pessoas possam pensar, os/as agentes penitenciários/as se retiram do local e não permanecem observando do lado de fora. Em outros termos, os/as professores/as permanecem no interior da sala de aula, juntamente com seus educandos/as, sem assistência ou necessidade de qualquer agente penitenciário/a durante a execução de sua aula.

A dimensão das salas de aula é de aproximadamente 3,5m x 4,0m, todas possuem saída de ar retangular, reforçadas com tela de aço na parte mais alta da parede. Os banheiros possuem um vaso sanitário de alvenaria (em um formato não usual), uma pia e uma torneira. De modo geral, em todas as salas de aula os banheiros não possuem portas, no entanto, isso não sugere que os/as usuários/as do banheiro fiquem expostos/as à visão coletiva. A sala de aula comporta cerca de 15 (quinze) assentos para estudantes (ou carteiras escolares), uma mesa com cadeira para o/a professor/a e uma lousa de giz de cor preta, instalado na parede, com dimensões de aproximadamente 1,5m x 2m. A saída e entrada da sala de aula é um portão de aço maciço com grades vazadas, munidas de trancas de alta segurança.

Devido ao fato de que muitas vezes os/as estudantes pertencerem a celas diferentes e a necessidade de cada discente passar por procedimentos específicos antes de serem retirados/as de suas celas de convívio, são encaminhados/as pelos/as agentes penitenciários/as com cerca de uma hora de antecedência para o interior das salas de aula, onde, dependendo do horário, fazem o desjejum ou almoçam enquanto aguardam a chegada do/a professor/a. Os/as estudantes são conduzidos/as algemados/as para as celas de aula, no entanto, depois de trancados/as e acomodados/as no ambiente, eles/as colocam seus punhos pelo vão das grades e os/as agentes penitenciários/as lhes retiram as algemas.

As aulas têm duração de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) minutos, não havendo intervalo entre elas. Os/as docentes permanecem por no máximo três horários consecutivos com os/as estudantes, depois desse período os/as agentes penitenciários/as realizam a troca de professores/as.

Depois que o/a último/a professor/a é retirado da sala de aula (após o quarto horário), os/as estudantes são submetidos/as a criterioso processo de revista e são novamente direcionados/as ao interior de suas celas de convívio. Os/as professores/as quando estão fora das salas de aula, dispõem de uma biblioteca e uma secretaria, onde podem se reunir nos intervalos entre as aulas e estabelecer contato com a diretoria e a supervisão pedagógica.

De modo geral, foi observado por meio dessa visita que a escola é uma instituição estruturalmente fragmentada dentro do presídio, sendo 16 (dezesseis) salas de aula inseridas no interior de 5 (cinco) pavilhões, enquanto a secretaria



e a biblioteca também se encontram em espaços distintos, fora dos pavilhões (especificamente no centro administrativo da unidade prisional).

É nesse cenário que as relações se desenvolvem entre professores/as, estudantes privados/as de liberdade e agentes penitenciários/as, muitas vezes, em meio a grande tensão e de disputa por correlação de forças.

Em conformidade com Onofre e Julião (2013, p.54) a educação escolar em espaços de privação e restrição de liberdade deve ser descrita enquanto fenômeno complexo, uma vez que o contexto prisional a condiciona e singulariza, mas, ao mesmo tempo, deve ser vista de maneira semelhante a outros espaços formais de ensino. Nesses ambientes educativos “cruzam e entrecruzam visões de mundo, de educação, de cultura, presentes na sociedade como um todo, adquirindo perspectivas peculiares da sociedade dos cativos”.

Com isso, entende-se que, no processo de análise de um dado fenômeno social, o/a pesquisador/a deve se atentar aos mínimos detalhes que permeiam a realidade de maneira direta ou indireta. Para tanto, considera-se que as informações e inferências fundamentais desta pesquisa se iniciaram desde a entrada até a saída dos pesquisadores da unidade prisional, uma vez que se pode, a partir dos fatos, padrões e comportamentos observados, tecer análises e cruzar informações acerca dos valores cultivados e disseminados pela escola e pela instituição prisional como um todo.

## 2.1. Adentrando o campo de pesquisa

Os pesquisadores chegaram ao pátio do estacionamento da unidade prisional às 09h do período matutino. De onde estavam, tinham a visão integral do estacionamento e do pavimento urbano (uma viela, mal pavimentada e repleta de buracos) em zona rural, que oferece acesso a diversos sítios e fazendas na região do município. Observaram que alguns homens em privação de liberdade, trajados de vermelho escuro, transitavam sem algemas, com enxadas e sacos de lixo, próximos ao estacionamento e ao perímetro urbano, executando trabalhos de manutenção externa da unidade prisional. Ao lado deles, permanecia um agente penitenciário, observando-os e, às vezes, dialogando com eles, transparecendo uma atmosfera tranquila.

Na portaria foram recebidos por uma agente penitenciária que solicitou documentações de identificação pessoal. Mesmo os pesquisadores tendo autorização prévia do próprio diretor da penitenciária, a referida funcionária ligou para um outro diretor que se encontrava no interior do presídio e certificou se os pesquisadores tinham realmente permissão para adentrar a unidade prisional. Após a confirmação, uma agente penitenciária abriu os grandes e pesados portões, fundidos em aço maciço, do presídio.

Logo na entrada foram submetidos a um procedimento de revista, no qual um agente penitenciário portando um aparelho detector de metal pediu que abrissem os braços e as pernas para que passasse em torno de seus corpos o aparelho de segurança, que tem por finalidade acusar a presença de objetos metálicos não permitidos no local como, por exemplo, armas, facas e celulares.

Em seguida, foram direcionados a outro portão, guardado por outro agente penitenciário. Informaram que tinham autorização para visitar a escola e o agente penitenciário abriu um portão estreito, pelo qual passaram, dessa vez, por baixo de um aparelho detector de metais.

Por último, foram conduzidos a um salão onde passaram pelo terceiro e último procedimento de segurança e revista. Nesse recinto, um agente penitenciário solicitou que os pesquisadores retirassem os seus sapatos e meias. Pegou os sapatos, examinando-os superficialmente. Em seguida, pediu que abrissem os braços e as pernas para que pudesse novamente revistá-los, desta vez com as mãos.

Saíram do salão e foram de encontro a um terceiro portão onde aguardaram a diretora da escola. Quando a diretora veio na direção deles foi curioso notar que, embora o portão estivesse sem trancas e pudesse ser facilmente aberto por qualquer pessoa, não podiam abri-lo (nem mesmo a diretora da escola, que era uma funcionária do presídio) devido a uma norma institucional, que estabelece que os portões só podem ser manipulados pelos/as agentes penitenciários/as. Nessa situação, a diretora da escola os cumprimentou do outro lado do portão e esperou até que um agente penitenciário pudesse vir até eles para abrir o portão. Passaram pelo quarto portão (dessa vez aberto e sem qualquer guarnição) e foram em direção à secretaria da escola.

As grandes muralhas ocultavam os seis pavilhões: Fechado I, Fechado II, Fechado III, Anexo, Semiaberto e "Vivência Feminina". Quando entraram na secretaria da escola, havia uma jovem em privação de liberdade, sem algemas, limpando a secretaria da escola, munida de um balde e uma vassoura. A referida jovem os cumprimentou e, lembrando-se de um dos pesquisadores, esboçou um sorriso, uma vez que ele já havia atuado profissionalmente como psicólogo na instituição e dialogado com ela algumas vezes durante os atendimentos de consulta psicológica.

A jovem em privação de liberdade, entusiasmada, esquivou-se em um canto onde sabia que as câmeras não lhe alcançavam e continuou conversando com o visitante, evitando com esta estratégia o risco de sofrer represálias por parte da equipe de segurança por estar conversando com outra pessoa que não esteja em sua mesma condição de encarceramento.

A propósito, segundo Foucault (1987), ao longo da história das prisões os suplícios corporais foram gradativamente substituídos pelas condições de cerceamento de direitos, sobretudo os referentes à liberdade, ao controle dos corpos e das mentes, passando os castigos a reinar, inclusive na esfera coação moral. Para ele:

O papel do criminoso na punição é reintroduzir, diante do código e dos crimes, a presença real do significado — ou seja, dessa pena que, segundo os termos do código, deve estar infalivelmente associada à infração. Produzir com abundância e com evidência esse significado, reativar desse modo o sistema significante do código, fazer funcionar a ideia de crime como um sinal de punição, é com essa moeda que o malfeitor paga sua dívida à sociedade. A correção individual deve então realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito, pelo reforço dos sistemas de sinais e das representações que fazem circular (Foucault, 1987, p.147-148).

Ou seja, as pessoas em privação de liberdade que lograram o direito de transitar sem algemas pelas dependências da unidade prisional devem trabalhar em silêncio e com o mínimo de interação interpessoal com a equipe de servidores do presídio. A unidade prisional, por normas de segurança,

desfavorece e proíbe a proximidade da equipe técnica com as pessoas em privação de liberdade que trabalham desalgemadas fora dos pavilhões, isto é, no núcleo administrativo da unidade prisional. E ainda, complementando:

Por meio da vigilância constante, de trabalhos obrigatórios e de sanções normalizadoras, o sistema de controle torna-se um eficiente meio de adestramento. Os quartéis, as escolas e os hospitais, são dominados pela mecânica funcional das disciplinas, que, ao fim, também chegam e se enraízam nas prisões. Assim, indaga Foucault: “devemos (...) nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (Araújo, 2018, p.252).

Enfim, neste primeiro momento, observou-se que a secretaria da escola se resumia a cinco pequenos ambientes: a sala dos professores/as, logo na entrada, um banheiro pequeno para homens e mulheres, a sala da diretora, a sala da supervisora e a sala da pedagoga. Os pesquisadores, finalmente, foram acolhidos em uma sala reservada pela diretora da escola, onde foram acomodados e, após a apresentação do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), iniciaram a gravação da entrevista com a diretora.

## 2.2. Entrevista com a diretora da escola

Antes de discorrer sobre a entrevista promovida pelos/as pesquisadores/as, recorreu-se a Onofre (2015, p.241-242), a partir da qual muniu-se de indagações e reflexões apropriadamente pertinentes, com o propósito de qualificar e aprofundar as análises e discussões: é possível pensar em (re)socialização nos espaços prisionais, que em sua essência são considerados ambientes de desumanização? “A vida das pessoas aprisionadas para, enquanto cumprem a pena? Não ocorrem processos de socialização entre as pessoas que vivem no interior da prisão? O que pode fazer a educação nesse espaço singular?” Como os/as professores/as e os/as estudantes significam a escola e as aprendizagens que ali ocorrem? — Norteados/as por estas e outras questões, os/as pesquisadores/as buscaram, por meio da entrevista realizada com a diretora da escola, desvelar aspectos da rotina de trabalho dos/as professores/as, bem como as normativas impostas pela instituição prisional que podem condicionar o trabalho docente.

A entrevista teve a duração de aproximadamente duas horas e sucedeu de maneira dinâmica, interativa e isenta de ansiedades por parte da entrevistada, que respondeu a todas as questões com nítida segurança e propriedade.

Quando arguida acerca da relevância da educação escolar em espaço de privação de liberdade, a diretora da escola relatou que em seus dez anos de profissão, tem visto uma mudança de postura em relação ao crescente interesse dos/as estudantes pelo histórico escolar depois do cumprimento de sua pena, isto é, com a finalidade de continuar seus estudos fora da unidade prisional ou para utilizá-lo profissionalmente. É importante ressaltar que a diretora não mostrou dados quantitativos ou empíricos sobre esta constatação, tratando-se de uma percepção pessoal adquirida em mais de uma década de experiência profissional nessa mesma instituição escolar.



Em seus relatos, a entrevistada afirmou que os/as estudantes frequentemente procuravam se matricular na escola pelo interesse no benefício de remição de pena, de acordo com ela isso tem mudado, neste sentido afirma que “era uma briga pela frequência, hoje já temos uma frequência escolar satisfatória e sem precisar de outros métodos, na conscientização e no trabalho de mostrar a importância da escola”. — Nesse ponto da entrevista, os/as pesquisadores/as refletiram que a diretora poderia estar se referindo a métodos conservadores anteriormente utilizados para assegurar a frequência dos/as estudantes à escola, o que não vai de encontro com a perspectiva de uma educação emancipadora.

Segundo ela, a escola dessa unidade prisional tem conseguido de maneira satisfatória executar o seu papel no processo de formação escolar dos/as discentes e, para além da formação, acredita que a escola pode contribuir no processo de formação humana desses/as estudantes. Em conformidade com Serrado Júnior (2008), os/as professores/as que atuam em escolas de unidades prisionais lidam com adultos que, além de conhecimentos básicos, necessitam de uma educação que os faça refletir e se restaurar dos estigmas da sociedade. Nesse cenário, o “professor ensina não só o que ele sabe, mas também o que ele é” (Souza; Guimarães, 2011, p.28).

A diretora ainda ressalta que o papel do/a professor/a enquanto agente mediador/a entre a pessoa em privação de liberdade e a sociedade, para ela: “o professor é para o aluno o contato com o mundo. Oferece um momento de liberdade para o aluno, porque enquanto ele está na sala de aula ele não é preso, ele é aluno”.

A entrevistada também acrescenta que os/as professores/as que atuam nessa escola de unidade prisional, muitas vezes, antes de iniciarem suas aulas, se veem na necessidade de efetuar intervenções emocionais, isso porque “no dia que o aluno está psicologicamente abalado, com problemas, tem que primeiro resgatar o lado humano”. Mas esclarece que “o professor não vai fazer isso o tempo todo, porque tem também um planejamento que deve ser seguido. Eu os oriento o seguinte: tudo na questão da conversa e do combinado, com os alunos”.

De acordo com Onofre (2012, p.207), o exercício da docência em escolas de unidades prisionais “exige do educador aprendizagens de outra natureza, que não somente as oferecidas em salas de aula da universidade”. A esse respeito, Sivieri-Pereira (2008, p.130-131) aponta que frequentemente as relações que os/as professores/as mantêm com os/as estudantes não ficam à margem de sua vida pessoal, de modo que comumente, buscam “ajudá-los no que podem, inclusive em situações alheias ao trabalho na escola”, tornando-se difícil separar a relação professor(a)/estudante de suas dimensões pessoais. Para a autora, não raras vezes o/a professor/a se detém à formação global do/a estudante, preocupando-se com aspectos que vão além dos conteúdos formais.

De acordo com a entrevistada, os/as professores/as não mostram dificuldades para lidar com as questões emocionais dos/as estudantes em sala de aula. Costuma sugerir para os/as professores/as, por uma postura ética e de segurança, não adentrar na questão do delito cometido pelo estudante. “Eu oriento o professor a nunca se recusar a ouvir. Porque não adianta nada, o dia que a coisa está tumultuada tem que intervir. Mas assim... ouvir, mas falar para eles que muitas coisas não estão ao nosso alcance”. — A suposta condição de preparo dos/as professores/as para lidar com questões de cunho emocional

dos/as estudantes, alegada pela entrevistada, está especialmente relacionada à professores/as veteranos/as que, a partir da experiência cotidiana, teriam desenvolvido ao longo do tempo habilidades de escuta e acolhimento de demandas que fogem de sua formação inicial. No entanto, em conformidade com diversos estudos, a maioria dos/as professores/as que atuam em escolas de unidades prisionais não tiveram qualquer formação inicial ou continuada que os preparasse para os desafios específicos da docência em espaços de privação e restrição de liberdade (Silva; Nogueira, 2023; Silva; Silva, 2021; Onofre, 2015, 2013; Serrado Júnior, 2008).

Em sequência, a entrevistada relatou que há dez anos, quando ela e sua equipe de profissionais da educação iniciaram as atividades na escola da unidade prisional, a sociedade mostrava muito preconceito.

*As pessoas olhavam para nós, primeiramente, como doidos. Falavam, 'nossa senhora, você tem coragem de entrar no presídio?' e via a educação para eles como um privilégio. Isso eu cansei de ouvir. Não estou nem falando como professora, estou falando como diretora da escola. Porque no começo, quando eu falava que era diretora aqui no presídio, eu ouvia 'Escola? Aula para preso? Gastar dinheiro com isso?'.<sup>6</sup>*

De acordo com a interlocutora, ainda há um certo antagonismo social em relação às representações que são feitas em relação à educação escolar nos presídios. Relatou que quando busca resgatar os históricos escolares dos/as estudantes, há um respeito muito grande, por parte das escolas, que a atendem prontamente. Entretanto, acredita que certas pessoas ainda veem a educação escolar em espaços de privação e restrição de liberdade de maneira negativa, por desconhecer o valor social da educação em qualquer âmbito. A diretora relata também que a sua relação com os/as estudantes é muito tranquila, não se sente intimidada ou ansiosa na presença deles. Ela afirma nunca ter sofrido ameaças ou vivenciado situações parecidas. Pelo contrário, exerce seu papel profissional com muita autonomia e respeito por parte dos/as estudantes. E esclarece:

*A minha relação com eles é no sentido: tudo que é direito deles, tudo que eu posso buscar para auxiliá-los, eu faço. Então eles têm claro isso comigo. Agora, sou clara com eles quando se trata de falar 'não', quando é 'não' é 'não', quando é 'sim' é 'sim' [...] é uma relação de lealdade que eu vejo que a gente tem que ter não só com o aluno, é com todo mundo. Sou preocupadíssima com tudo que diz respeito à documentação, à vida escolar deles e à qualidade das aulas. Isso eu cobro mesmo. O aluno pode ser quem for [...].*

Em relação ao seu contato com os/as estudantes, quando vai até os pavilhões, ela descreveu que é um contato mais restrito, no entanto, “duas supervisoras fazem um trabalho mais de perto nesse sentido, por que elas vão às salas de aula todos os dias, de manhã e de tarde”, sendo elas e os/as professores/as os/as “porta-vozes” de tudo que acontece nas salas de aula. Acrescentou que muitas vezes o contato do/o estudante com a diretoria é feito

---

<sup>6</sup> As citações em recuo e itálico se referem a transcrição dos depoimentos da diretora da escola.

pelo “fale comigo”, que se trata de um bilhete escrito em papel comum pela pessoa em privação de liberdade, que é direcionado por meio dos/as agentes penitenciários/as até a diretoria da escola.

Geralmente, nesses bilhetes as pessoas em privação de liberdade solicitam livros, históricos escolares para serem matriculados e atendimentos individualizados para falar com a diretora ou com as supervisoras da área pedagógica.

Informou que os/as estudantes assistem quatro aulas por dia, cada qual de 45 minutos de duração, devido a uma recente alteração nas diretrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos, não somente da educação em espaços de privação e restrição de liberdade, mas de uma maneira geral. A escola dispõe de 12 (doze) turmas em período matutino e 12 (doze) turmas em período vespertino. Geralmente o número de estudantes por sala de aula gira em torno de 2 a 15 estudantes, homens e mulheres são separados, no entanto, as turmas são mescladas com estudantes jovens, maduros/as e idosos/as, sem diferenciação. É importante ressaltar que diante do total de 250 (duzentas e cinquenta) vagas ofertadas pela escola, apenas 204 (duzentas e quatro) vagas estavam sendo preenchidas na ocasião da entrevista. Segundo a diretora da escola, o não preenchimento total de vagas ofertadas pode estar condicionado a diversos fatores, sendo o principal deles a falta de demanda de estudantes.

Cada professor/a ministra no máximo três aulas consecutivas, sendo necessário em algum momento efetuar a troca de professores/as. Segundo ela, o/a professor/a passa três horas em sala de aula com os/as estudantes, no entanto, ressalva que esse período é frequentemente prejudicado por atrasos. Explica: “atrasa para colocar o aluno na sala de aula, atrasa para tirar, atrasa para trocar os professores. Não é como lá fora que um professor sai de uma sala e o outro entra”. Em escolas de unidades prisionais, o/a professor/o depende largamente da equipe de agentes penitenciários/as, isso porque, somente eles/as detêm acesso às trancas das celas e os meios de conduzir os/as estudantes até as salas de aulas que também se equiparam às celas. Se por razões de administração pública o número de agentes penitenciários/as é reduzido no interior da unidade prisional, o trânsito de professores/as e estudantes, em âmbito institucional, é diretamente afetado em sua capacidade e agilidade.

*Tudo que fazemos dentro dos pavilhões, precisamos dos agentes penitenciários, para fazer a movimentação. E como aqui a coisa está complicada em relação ao número de agentes para fazer, acaba havendo atraso para eles fazerem a troca de aula. Porque às vezes eles estão lá no pavilhão Fechado I e tem que ir para o pavilhão da vivência feminina. Então tudo isso gera atrasos [...]*

A diretora também mencionou que, ocasionalmente, antes de um/a professor/a participar de um processo seletivo para contratação temporária com o objetivo de ministrar aulas na escola da unidade prisional, ligam e questionam sobre os possíveis riscos de lecionar em uma unidade prisional:

*Esses dias uma professora me ligou e perguntou “tem perigo?”, eu falei “isso eu não posso te garantir nunca”, lá fora às vezes tem mais perigo do que aqui, é muito relativo. Eu posso falar da*

*situação que eu tenho, isto é, que o aluno tem um respeito muito grande pelos professores.*

Sobre esta questão, Onofre (2012, p.211) afirma que o processo de iniciação do/a professor/a em uma escola de unidade prisional assemelha-se a um ritual de passagem em que o professor adentra repentinamente a “um novo grupo socioprofissional”. Para ela, esse processo “nem sempre ocorre sem sobressaltos”. No entanto, esclarece que o receio inicial dos/as professores/as iniciantes, inspirado pela estrutura da instituição prisional, geralmente é superado em pouco tempo, tornando-se “fonte de bem-estar docente, pelo reconhecimento de seu valor para os alunos, o respeito e a confiança na figura do professor, despertando motivações intrínsecas pertinentes à carreira, como o gosto de ser professor e a realização profissional” (Onofre, 2012, p.211).

Em conformidade com os achados da pesquisa de Cabral (2019), apesar das dificuldades que geram desafios aos docentes nas prisões (condições pouco salubres, infraestrutura, precariedade do material didático, rigidez da equipe de segurança e as relações vividas com demais profissionais do sistema prisional), chama-se atenção que os/as professores/as dos estudos analisados demonstram significativo sentimento de “realização pessoal e profissional diante do trabalho que desenvolvem nesses contextos” (Cabral, 2019, p.219). Esse sentimento de realização é frequentemente justificado pela qualidade da relação docente/discente, considerada afetiva, amistosa e respeitosa em comparação a estudantes de outros espaços educativos (Vieira, 2008; Duarte, 2017; Cabral, 2019).

De acordo com a diretora, nenhum/a professor/a passa por uma formação específica antes de começar a atuar na escola da unidade prisional. Quando há vagas para docentes é feito um edital de designação:

*Eu faço a designação sempre aqui (na unidade prisional), eu não posso fazer lá junto de todas aquelas pessoas, porque depois que eu faço a verificação da documentação, se está tudo correto, na questão de legislação, eles passam por uma investigação social. Nessa investigação social, eles têm que trazer os antecedentes criminais. O deferimento é feito por meio de uma parceria entre a educação e a SEDS, eu já tive pessoas que não foram autorizadas para trabalhar aqui dentro. Não porque a pessoa estava presa, mas por ter familiares que estavam presos [...].*

Quando o edital é aberto nem sempre se tem um número satisfatório de interessados em cobrir as vagas, sendo algumas vezes necessário republicar o edital até surgirem candidatas:

*Se eu precisar de um professor de língua portuguesa, eu acesso o portal da Secretaria de Educação e coloco a vaga. Ao colocar a vaga, eu digo onde eu preciso, como preciso, para quantas aulas, horário, tudo certinho. Vou lá na 'observação' da vaga e coloco que, ao apresentar aqui, além da documentação que é exigida em qualquer escola do estado, apresentar antecedentes criminais do fórum, da polícia civil, duas fotos 3x4, o cartão de vacina atualizado, o grupo sanguíneo, tudo isso. Às vezes não aparece ninguém; se não aparecer, eu volto novamente o edital,*

*eu vou republicando até aparecer alguém. Às vezes aparecem dois ou três, talvez pelo próprio receio do... eu acho que é isso. É uma visão distorcida que eles ainda têm. Mas, quando eles vêm, tem uma pergunta em nossa entrevista que fala assim: 'você tem medo', os que ficam normalmente falam: 'medo, não, eu tenho receio do novo', todo mundo tem um receio do novo. Mas, neste ano, e nos anos passados, eu tenho conseguido ótimos professores [...].*

A diretora confirmou ainda que a realização das entrevistas com os/as professores/as é feita por ela ou pela supervisora pedagógica. Mas segundo ela, “houve um tempo que era feita por análise de currículo, agora preencheu a documentação, a documentação está correta, a vaga é dele. Eu sempre coloco na ata de observação: professor tal está com a documentação correta, e estou aguardando a verificação da investigação social”, enquanto não o investigam não assina o contrato final. O professor ao entrar na unidade prisional é informado sobre as normas éticas dos servidores que atuam em espaços de privação e restrição de liberdade, devendo ser “capazes de se adaptar às regras”.

As últimas afirmativas da interlocutora vão de encontro aos estudos de Onofre (2012, p.213), segundo a qual “cabe aos professores experientes e à equipe multidisciplinar que atende as pessoas em privação de liberdade promover situações que aproximem os/as iniciantes das regras da casa e dos limites e possibilidades para desenvolver as ações educativas na sala de aula”. Para a autora, o/a professor/a iniciante “passa por um processo semelhante à chegada do novato na prisão, quando lhes são passadas as regras da casa pela equipe dirigente”. Nesse momento, o profissional conscientiza-se de sua condição como aprendiz em um território marcado por características singulares e de sua necessidade de adaptação ambiental. “Ali ele percebe a importância de buscar saberes, não só para lidar com diferentes culturas, mas para lidar com conflitos e dilemas para os quais não foi preparado na formação inicial” (Onofre, 2013, p.149).

De acordo com a diretora, não há na escola uma rotatividade ou tendência à impermanência dos/as professores/as, pelo contrário, afirmou que há na escola professores/as concursados/as que atuam desde a fundação do presídio. Justifica a permanência dos/as professores/as aludindo ao fato de que na escola de unidade prisional não há indisciplina, além de conter poucos estudantes por sala de aula, diferentemente das escolas socialmente regulares. — A permanência dos/as professores/as no âmbito da educação escolar em espaços de privação e restrição de liberdade pode ser em parte justificada por meio da perspectiva de bem-estar docente já apontada por Cabral (2019).

No entanto, vale destacar que Cabral (2019), em relação à rotatividade dos/as professores/as, identificou em seus estudos uma realidade divergente da colocada pela diretora entrevistada, isto é, de significativa impermanência da figura docente em escolas de unidades prisionais, que se justifica por fatores diversos, sobretudo: não adaptação do/a professor/a aos desafios da educação escolar no âmbito prisional, contratos de trabalho temporários e falta de concursos públicos. A autora destaca que a constante rotatividade compromete a qualidade do trabalho dos/as professores/as em ambientes prisionais, afetando a organização e o planejamento de suas atividades, bem como a trajetória educacional dos/as estudantes.



Segundo a entrevistada, no percurso de seus dez anos de experiência nessa unidade prisional, ela sente que houve transformações em sua maneira de ser, de “ver as coisas” e em sua própria maneira de sentir. Relatou com expressões de emoção sua experiência em um evento de celebração natalina promovido pela escola:

*Celebramos, no ano passado, uma missa de Natal no bloco anexo. Foi uma linda missa, que levamos uma árvore, montamos um presépio. Fizemos um lanche. Então eles cantaram músicas natalinas. Eles gostam muito de cantar e aquele canto, aquelas vozes... a gente arrepiava sem parar [...].*

E salienta que, eventualmente, em sua sala, é surpreendida pelo canto coletivo das pessoas em situação de privação e restrição de liberdade, vindo de longe, do interior dos pavilhões. Segundo ela, “tem vários motivos pelos quais eles cantam”.

Ao discutir os limites e as possibilidades pedagógicas, assim como os recursos didáticos permitidos no interior das salas de aula, a entrevistada afirmou que os/as professores/as devem apresentar semanalmente o seu planejamento de aula. Ela detalha: “O que o professor vai trabalhar na semana que vem já tem que estar planejado. Tudo que é planejado, colocado no caderno de plano, dentro da necessidade do aluno, que pode estar diretamente ligado a um tema transversal, uma necessidade que surgiu, uma pergunta, uma coisa que ele quer, tem que ser planejado”. Nada deve ser feito no “improvisado”, isto é, todas as atividades a serem executadas ou recursos a serem utilizados (cola, tesoura, revistas, aparelho de som, televisão, *datashow*, *pendrive*) em sala de aula, devem ser previamente autorizados pela supervisora pedagógica ou mesmo, em alguns casos, pela equipe de segurança da unidade prisional que pode limitar a entrada de determinados conteúdos, como alguns filmes ou imagens. Quando arguida se algum material já havia sido censurado pela equipe de segurança ou pela supervisão, especialmente filmes, relatou: “não me lembro de qual, mas já teve uns... até pela época que estávamos vivendo. Proibido, pouca coisa é. Vai depender do contexto que o material será trabalhado”. E esclarece que os/as professores/as trabalham tranquilamente com os/as estudantes temas como consumo de drogas, violência e meio ambiente.

A esse respeito, estudos indicam que as restrições temáticas no âmbito da educação escolar em instituições prisionais frequentemente vinculam-se à temas que fazem com que as pessoas compreendam seus direitos ou que vislumbrem a realidade a partir de uma perspectiva não hegemônica. Em conformidade com Adorno (2005), a educação, ao mesmo tempo em que pode ancorar-se em uma perspectiva democrática e emancipadora, pode também se abster de discutir temáticas controversas que possam confrontar condições estruturais essenciais para a promoção de uma educação política. Para Schlesener (2021, p.420), “uma educação emancipadora implica, portanto, superar estes limites, sem esquecer que uma das estratégias mais comuns e eficazes na educação repressiva é criar as condições para que o subalterno, a criança ou o adulto, assimile e interiorize o medo”.

Conforme a interlocutora, todas as pessoas em situação de privação e restrição de liberdade podem ter acesso à escola, bastando fazer a solicitação, salvo em alguns casos, quando são impedidos de estudar por razões estabelecidas pela segurança do presídio ou quando excedem as vagas. Sobre

esta contradição, lembra-se que a educação, desde a publicação da Constituição de 1988, deve ser garantida como “direito de todos e dever do Estado” e deverá ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Após a entrevista, a diretora da escola pediu permissão para o diretor de ressocialização para que os pesquisadores adentrassem o pavilhão feminino, chamado pela equipe do presídio de “Vivência Feminina”, para que pudessem conhecer as salas de aula. Às 11h30min visitaram o pavilhão feminino, onde encontraram na entrada duas salas de aula. Em uma delas não havia aula (naquele período). Na outra, duas alunas tinham aula com uma professora sentada de frente a uma mesa maior (que aparentava ser da terceira idade) e as duas alunas sentadas de frente à mesa da professora (em um contato bem próximo). Os pesquisadores cumprimentaram as alunas em situação de privação e restrição de liberdade e explicaram o motivo daquela visita.

Foi uma visita breve e logo retornaram. Em seguida, visitaram a biblioteca da escola. O espaço da biblioteca é dividido em três repartimentos simples: no primeiro cômodo, bem pequeno, havia uma prateleira pequena com livros de literatura diversa (com foco especial a livros religiosos). As outras prateleiras estavam repletas de livros didáticos, principalmente publicados e distribuídos pela política de Educação de Jovens e Adultos.

Encerraram a visita despedindo-se da diretora que os acompanhou até o primeiro portão e voltaram ao mesmo salão inicial para serem novamente revistados pelos/as agentes penitenciários/as antes de saírem pelos dois últimos portões que davam acesso à rua.

### 2.3. Por uma educação emancipadora

A educação escolar na prisão, embora ressaltada por suas dificuldades e singularidades, guarda traços usuais de quaisquer outros espaços educativos. Mesmo considerando os processos de adaptação dos indivíduos ao cárcere, que não são plenos e marcados por contradições e por práticas de resistência, a educação não permanece inerte ou neutra nos muros da prisão, pois estudos têm mostrado a construção possível de uma escola, enquanto espaço de ruptura ao cotidiano carcerário (Onofre, 2015, p.243).

Maeyer (2011) considera que a educação em espaços prisionais se constitui como saberes originados de processos de ensino e aprendizagem que não são característicos das prisões. “[...] É necessário, então, que a prisão ensine algo de diferente da própria prisão [...]” (Maeyer, 2011, p.44).

Trata-se de uma educação que transcende o espaço prisional, pois a educação escolar se configura como educação na prisão e como tal deve servir à emancipação de seus alunos. [...] a educação no cárcere é uma ferramenta para a libertação dos oprimidos (Onofre, 2015, p.243).

Em conformidade com Cabral (2019), é fundamental examinar o papel da escola dentro do sistema prisional em uma sociedade moldada por visões de mundo hegemônicas e excludentes. Embora esteja sujeita às complexas dinâmicas prisionais, às relações de poder, às alianças e aos interesses envolvidos, a escola pode representar um ambiente com potencialidades ao

processo de emancipação dos/as estudantes e, sobretudo, dos estigmas que os/as marginalizam. No entanto, esse potencial não se concretizará automaticamente com sua mera presença no ambiente carcerário. A transformação desse espaço em uma oportunidade real requer uma análise crítica da formação e da atuação dos/as educadores/as envolvidos/as no ensino de jovens e adultos nesse contexto específico.

Nessa perspectiva, atuais estudos vêm defendendo, em consonância com Onofre (2015), bem como outros pesquisadores da área, a concepção da escola nos espaços prisionais como prática social relevante e essencial, como fomentadora do autoconhecimento, melhorias na qualidade de vida, nas interações entre indivíduos, relações interpessoais, de identidade e alteridade, assim como outras demais práticas sociais, inegavelmente, existentes ali.

Paradoxalmente, o espaço repressivo pode potencializar processos educativos que excedem a educação escolar, elevando o/a professor/a a um papel protagonista, a um ator importante na construção de ambientes onde a pessoa em privação e restrição de liberdade possa ressignificar a sua realidade; promovendo ainda a escuta dessa pessoa silenciada e a abertura de narrativas de vida, conectando-a ao seu passado-presente-futuro, resgatando bem lá, profundamente, o que lhe restou de dignidade e cidadania.

### 3. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, em parte descritivo, por meio da ação de adentrar o campo de pesquisa, teve-se a oportunidade de vivenciar empiricamente um pouco da rotina dos/as professores/as que atuam todos os dias em escolas inseridas em espaços de privação e restrição de liberdade. Sentiu-se na prática como é ser submetido ao ritual de entrada e saída da unidade prisional, ao passar pelos diferentes procedimentos de segurança e revista. Isso porque, como qualquer outro/a funcionário/a das penitenciárias, o/a professor/a é igualmente vigiado/a por câmeras e procedimentos de revista, não apenas para sua segurança e integridade física, mas também pelo fato de ter acesso a pessoas em situação de privação e restrição de liberdade e acesso aos “dois mundos” (dos livres e dos/as presos/as), podendo “corromper” as relações de ambos, comprometendo todo aparato regulamentar e normativo do sistema prisional.

As revistas não geraram nos pesquisadores um sentimento de ofensa, mas o procedimento lhes pareceu vazio e feito mais por uma conveniência do que realmente por uma necessidade. Talvez não seja por acaso que o procedimento é conhecido como “revista superficial”. Percebeu-se nessa visita o clima institucional, carregado de seguranças, muralhas que pouco favorecem a visão, grades e pessoas privadas de liberdade, algemadas e trajadas de vermelho. As câmeras lhes traziam a sensação de serem constantemente vigiados, enquanto os diferentes portões que lhes separavam da rua davam-lhes a impressão de restrita liberdade.

Embora a entrevistada dissesse que os/as professores/as têm a autonomia de fazer o plano de aula conforme sua própria metodologia, sendo pouca coisa realmente proibida, observou-se que a instituição prisional como um todo transparece inflexibilidade e contradições que condicionam significativamente a instituição escolar presente em seu âmbito. Por outro lado, quando se visitou as salas de aula, as contradições do ambiente (as celas, as

alergias, as muralhas, os seguranças) em parte também foram contrabalanceadas pela proximidade e pelo contato acolhedor do/a professor/a com os/as estudantes. Foi comovente aos pesquisadores visitantes observar os/as discentes em pequeno número sentados/as à mesa do/a professor/a, concentrados/as em suas atividades ou interagindo amistosamente com estes/as.

Mediante a diversidade das informações coletadas nessa visita a essa escola de unidade prisional, sugere-se que os pesquisadores interessados na área invistam em estudos fundamentados em metodologia de pesquisa etnográfica, a fim de colher informações mais aprofundadas e dentro de um recorte temporal continuamente maior acerca desses espaços educativos inseridos em unidades prisionais.

Acredita-se que os presídios ainda são ambientes envolvidos de mistério para a maioria das pessoas da sociedade que nunca foram privadas de liberdade, ou que nunca tiveram a oportunidade de trabalhar, visitar ou pesquisar sobre esses espaços. O ambiente por si só parece despertar curiosidade e um desejo desafiador de intervir em sua realidade.

O desconhecimento social do que acontece nesses espaços de privação e restrição de liberdade favorece o preconceito, a marginalização e a construção de visões distorcidas acerca da educação escolar em unidades prisionais. A própria localização da unidade prisional às margens da sociedade favorece a segregação e a negação das pessoas em situação de privação e restrição de liberdade.

As sociedades têm crescido cada vez mais no sentido populacional, e mesmo que a segregação fosse um recurso eficiente no processo de reestruturação social das pessoas que descumpriram as leis, é evidente que não há espaço físico para manter tantas pessoas enclausuradas.

As prisões, nessa concepção, parecem existir apenas por uma conveniência política que, ao construir presídios, tenta dizer indiretamente à sociedade que se tem investido em segurança social, mas na verdade sabe-se que nas unidades prisionais concentram apenas uma pequena parcela de pessoas que descumpriram os códigos de conduta social, enquanto a maioria permanece em convívio amplo com a sociedade.

O espaço prisional parece estacionado nos séculos passados, conservando e perpetuando rituais e métodos ineficientes que pouco se modificaram depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acredita-se que as prisões devem ser vistas, divulgadas pela mídia e visitadas por diferentes pesquisadores, independentemente da área de formação intelectual, no sentido de alavancar o seu processo de atualização à realidade social.

Considera-se a educação escolar nas prisões um campo ainda em vias de construção de sua própria identidade. Enquanto categoria específica da educação, a definição de suas bases, valores, práticas e missão tornam-se fundamentais para a compreensão das múltiplas faces da identidade de seus atores.

Apesar das contradições e dos limites impostos pela instituição prisional, ainda se considera possível uma educação escolar emancipadora enquanto possibilidade que perpassa essencialmente pela relação docente/discente. Nesse contexto, a educação emancipadora vai além da simples transmissão de conhecimentos formais. Ela busca resgatar a dignidade, a autonomia e a esperança das pessoas em privação e restrição de liberdade, reconhecendo seu

potencial como seres humanos capazes de mudança e libertação das estruturas hegemônicas.

## Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

ARAUJO, Luís Guilherme. Vigiar e punir: poder, punição, disciplina e indústria. Fora do Expediente. **Primeiros Escritos**, São Paulo, n. 9, p. 249-255. 2018.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CABRAL, Paula. **A EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade: as apropriações das diretrizes da UNESCO no direcionamento do trabalho de professores(as)**. 497 f. 2019. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DUARTE, Alisson José Oliveira. Processo de Constituição da Identidade Profissional de Professores na Educação Escolar de uma Unidade Prisional de Minas Gerais. 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, 2017.

DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas. Especificidades da docência em uma escola de unidade prisional: sobre a identidade docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 1, jan./mar. 2018

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LEME, José Antônio Gonçalves. **A Cela de Aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAEYER, Marc. Ter tempo não basta para que alguém se decida aprender. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 43-55, nov., 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.



ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Desafio histórico da educação prisional brasileira: Ressignificando a formação de professores...um quê de utopia? **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n.47, p.205-219, set, 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação da liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, V.7, no.1, p.137-158, mai. 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago. 2015.

SCHLESENER, Anita Helena. Educação repressiva e educação emancipadora: notas acerca da personalidade autoritária e seus desdobramentos na educação. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p.417-426, maio 2021.

SERRADO JÚNIOR, Jehu Vieira. A formação do professor do sistema penitenciário: a necessidade de uma educação reflexiva e restaurativa nas prisões. **FCT/UNESP**, Presidente Prudente, 2008.

SILVA, Ana Karla Loureiro; SILVA, Maria da Conceição Valença. Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades. **Revista Eletrônica de Educação**, v.15, p.1-19, jan./dez. 2021.

SILVA, Roselaine de Jesus Medeiros; NOGUEIRA, Vera Lúcia. Políticas públicas para formação de professores do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais. **Revista Eletrônica de Educação**, v.17, p.1-23, jan./dez. 2023.

SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas. **O professor principiante e os espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais da carreira docente**. 2008. 320f. 147 Tese (Doutora em Ciências, Área: Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. USP, Ribeirão Preto, 2008.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de; GUIMARÃES, Valter Soares. Docência e identidade profissional do professor. In: SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de; (org). **Professores e professoras formação: Poiesis e práxis**. Goiás, PUC, 2011.

VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. **Trabalho docente: de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.